

Sol do Sertão Holding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da
Sol do Sertão Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sol do Sertão Holding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Sol do Sertão Holding S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Capital circulante negativo

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$10.693 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2022. Esse fator indica a existência de incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, a qual depende do cumprimento das ações e iniciativas planejadas pela Administração, bem como do suporte financeiro do acionista. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as

divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcio Albuquerque Cavalcanti
Contador
CRC nº 1 SP 264164/O-2

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.148	24.186	28.599	31.588	Fornecedores	10	6	10	5.551	25.898
Contas a receber	6	-	-	13.903	11.918	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	45.407	45.449
Impostos a recuperar		177	50	210	50	Obrigações trabalhistas		-	-	146	162
Despesas antecipadas		-	-	1.845	1.524	Tributos e contribuições sociais a recolher	11	19	12	2.317	3.370
Partes relacionadas	13	-	-	10	-	Partes relacionadas	13	-	-	-	31
Outros ativos		-	-	693	1.189	Estoques de terceiros		-	-	-	172
		<u>2.325</u>	<u>24.236</u>	<u>45.260</u>	<u>46.269</u>	Encargos com energia elétrica	12	-	-	2.532	-
								<u>25</u>	<u>22</u>	<u>55.953</u>	<u>75.082</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	44.314	45.008	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	986.944	960.040
Despesas antecipadas		-	-	-	214	Provisão para riscos	15	-	-	57	286
Investimentos	8	359.358	400.476	-	-			-	-	987.001	960.326
Imobilizado	9	-	-	1.314.601	1.368.151			-	-		
Intangível		-	-	437	456						
		<u>359.358</u>	<u>400.476</u>	<u>1.359.352</u>	<u>1.413.829</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
						Capital social		467.800	467.800	467.800	467.800
						Prejuízos acumulados		(106.142)	(43.110)	(106.142)	(43.110)
								<u>361.658</u>	<u>424.690</u>	<u>361.658</u>	<u>424.690</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>361.683</u>	<u>424.712</u>	<u>1.404.612</u>	<u>1.460.098</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>361.683</u>	<u>424.712</u>	<u>1.404.612</u>	<u>1.460.098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	18	-	-	154.017	91.279
Custos com energia elétrica	19	-	-	(26.353)	(14.609)
Custos de operação	19	-	-	(69.456)	(23.686)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		-	-	(95.809)	(38.295)
RESULTADO BRUTO		-	-	58.208	52.984
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	20	(337)	(133)	(1.424)	(1.381)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	8	(63.118)	(42.094)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(63.455)	(42.227)	56.784	51.603
Receitas financeiras		440	279	10.990	3.229
Despesas financeiras		-	-	(123.892)	(84.317)
RESULTADO FINANCEIRO	21	440	279	(112.902)	(81.088)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(63.015)	(41.948)	(56.118)	(29.485)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(17)	(25)	(6.914)	(12.488)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(63.032)	(41.973)	(63.032)	(41.973)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,1347)	(0,0951)	(0,1347)	(0,0951)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(63.032)	(41.973)	(63.032)	(41.973)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	-	19.244	-	19.244
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(63.032)</u>	<u>(22.729)</u>	<u>(63.032)</u>	<u>(22.729)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	411.500	(51.686)	(19.244)	(1.137)	339.433
Integralização de capital em 7 de junho	-	51.686	-	-	51.686
Aumento de capital em 7 de junho	48.500	-	-	-	48.500
Aumento de capital em 15 de setembro	7.800	(300)	-	-	7.500
Integralização de capital em 28 de setembro	-	300	-	-	300
Prejuízo do exercício	-	-	-	(41.973)	(41.973)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo sobre "hedge accounting"	-	-	19.244	-	19.244
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	467.800	-	-	(43.110)	424.690
Prejuízo do exercício	-	-	-	(63.032)	(63.032)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	467.800	-	-	(106.142)	361.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(63.032)	(41.973)	(63.032)	(41.973)
Itens que não afetam o caixa operacional:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	63.118	42.094	-	-
Depreciação e amortização	9	-	-	55.262	19.306
Ganho na alienação de ativos		-	-	-	(64)
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	14	-	-	104.685	72.654
Amortização dos custos de transação		-	-	581	549
Provisão de fornecedores		-	(28)	(1.088)	3.049
Provisões/reversões da provisão para contingências	15	-	-	(229)	286
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(1.985)	(11.918)
Impostos a recuperar		(127)	(50)	(160)	(42)
Despesas antecipadas		-	-	(107)	495
Partes relacionadas	13	-	-	(10)	-
Outros ativos		-	-	484	(1.188)
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	10	(4)	(2)	(19.260)	(59.279)
Obrigações trabalhistas		-	-	16	159
Tributos e contribuições sociais e recolher	11	7	(7)	4.893	12.338
Partes relacionadas	13	-	-	(31)	(390)
Estoques de terceiros		-	-	(172)	-
Encargos com energia elétrica	12	-	-	2.532	-
Pagamentos de contingências		-	-	-	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) operações		(38)	34	82.379	(6.018)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.946)	(10.117)
Juros pagos		-	-	(38.902)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(38)	34	37.531	(16.135)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	694	(45.008)
(Adições) baixas ao imobilizado	9	-	-	(1.712)	(838.649)
Recebimentos pela venda de ativos		-	-	-	452
Adições ao intangível		-	-	-	(454)
Investimentos em controladas	8	(22.000)	(138.186)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(22.000)	(138.186)	(1.018)	(883.659)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital social		-	107.986	-	107.986
Contratos de mútuos a receber		-	54.500	-	-
Contratos de mútuos a pagar		-	(400)	-	(400)
Captação/(amortização) de empréstimos e financiamentos	14	-	-	(39.501)	577.953
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		-	162.086	(39.501)	685.539
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(22.038)	23.934	(2.988)	(214.255)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24.186	252	31.587	245.842
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.148	24.186	28.599	31.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOL DO SERTÃO HOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sol do Sertão Holding S.A. (“Companhia” ou “Sol do Sertão”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de dezembro de 2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo (SP). A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável.

Os principais investimentos da Sol do Sertão são em Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e a Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”).

Essas SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia possui capacidade instalada total de 475.760 MWp, sendo 163.850 MWp da OB I, 171.773 MWp da OB II e 140.137 MWp da OB III. As SPEs entraram em operação conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Projeto</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>
OB I	Terra Sol XI	21/08/21
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/21
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/21
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/21
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/21
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/21
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/21
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/21

A Companhia, controlada pela Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“IBH I”), faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

Continuidade das operações

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$10.693 (R\$28.813 em 31 de dezembro de 2021) no Consolidado, decorrente substancialmente dos financiamentos adquiridos para o custeio da construção da infraestrutura de geração solar de suas controladas.

O Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, a vida útil do ativo imobilizado e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Sol do Sertão e suas controladas.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresentava da seguinte forma:

<u>Controladas diretas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do período.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo, enquanto gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. O saldo das controladas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis.

3.7. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.10. Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Na controladora, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro para contribuição social sobre o lucro líquido. Nas controladas, a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

3.11. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL, em 31 de dezembro de 2022 correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.12. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento:

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração:

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos derivativos - "Hedge"

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de "hedge" com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a administração deva avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia para fins de proteção é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto.

Os derivativos contratados são classificados como “hedge” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia adota o “hedge accounting”. As principais características das atividades de “hedge” são baseadas numa Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

3.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.14. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

3.15. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

i) Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	01/01/2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

ii) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture"	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01/01/2023

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-	-	3
Depósitos bancários	-	24.083	7.454	25.559
Aplicações financeiras	2.148	103	21.145	6.026
	<u>2.148</u>	<u>24.186</u>	<u>28.599</u>	<u>31.588</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos à um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em CDB são remuneradas por taxa de 99% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (99% a 100,5% em 31 de dezembro de 2021).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (ii)	-	-	13.605	9.071
CCEE (i)	-	-	298	2.847
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.903</u>	<u>11.918</u>

- (i) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.
- (ii) Contas a receber através principalmente de “Power Purchase Agreement” (“PPA”) junto a Cemig. O contrato foi feito em condições usuais de mercado pelas controladas e prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG entre o período de novembro de 2021 e dezembro de 2041.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	13.605	9.071
Vencidos até:		
01 - 30 dias	-	-
91 - 180 dias	239	2.847
Acima de 180 dias	59	-
	<u>13.591</u>	<u>11.918</u>

Em 31 de dezembro de 2022 não há registro de provisão para perdas de crédito. Os saldos vencidos são todos com a CCEE, e estamos recebendo em parcelas conforme inadimplência do mercado. Não existe dúvidas sobre o recebimento total dos valores.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CDB (i)	-	-	2.268	3.656
Conta reserva (ii)	-	-	42.046	41.352
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>44.314</u>	<u>45.008</u>

Os montantes apresentados referem-se a: As aplicações financeiras foram dadas em garantia:

- (i) CDB emitida em garantia aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”).
- (ii) Contas reservas, conforme contrato de empréstimo com o BNDES com vencimento de acordo com o contrato de financiamento e saldo ajustado de acordo com a variação do valor da parcela mensal da dívida.

8. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2022:

<u>Controlada</u>	<u>Participação no capital integralizado - %</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>
OBI	100%	159.105	484.482	363.340	121.142	(25.392)
OBII	100%	173.040	512.325	377.445	134.880	(21.607)
OBIII	100%	132.900	408.264	304.929	103.335	(16.119)
Total		<u>465.045</u>	<u>1.405.071</u>	<u>1.045.714</u>	<u>359.357</u>	<u>(63.118)</u>

b) Movimentação dos investimentos

<u>Controladas</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2021</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2022</u>
OBI	135.534	11.000	(25.392)	121.142
OBII	151.487	5.000	(21.607)	134.880
OBIII	113.455	6.000	(16.119)	103.336
Total	<u>400.476</u>	<u>22.000</u>	<u>(63.118)</u>	<u>359.358</u>

<u>Controladas</u>	<u>Valor do investimento em 31/12/2020</u>	<u>Aporte de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Valor do investimento 31/12/2021</u>
OBI	(5.641)	147.075	(12.387)	6.487	135.534
OBII	3.808	157.010	(16.404)	7.073	151.487
OBIII	(4.796)	125.870	(13.303)	5.684	113.455
Total	<u>(6.629)</u>	<u>429.955</u>	<u>(42.094)</u>	<u>19.244</u>	<u>400.476</u>

9. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	<u>Taxa média depreciação</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2022</u>	<u>Saldo líquido em 31/12/2021</u>
<u>Imobilizado em serviço</u>			
Máquinas equipamentos	4,1%	1.287.122	1.336.902
Edificações e benfeitorias	3,5%	18.437	20.039
Móveis e utensílios	6,3%	<u>2</u>	<u>2</u>
		<u>1.305.561</u>	<u>1.356.943</u>
<u>Imobilizado em construção</u>			
Máquinas equipamentos		-	1.011
Sobressalentes		9.040	6.577
Serviços a ratear (i)		-	1.537
Adiantamentos a fornecedores (ii)		-	2.083
		<u>9.040</u>	<u>11.208</u>
Total		<u>1.314.601</u>	<u>1.368.151</u>

- (i) A rubrica “A ratear” é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

b) Mapa de movimentação do imobilizado

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Baixas (i)	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em serviço						
Máquinas equipamentos	1.336.902	-	(11)	4.814	(54.583)	1.287.122
Edificações e benfeitorias	20.039	-	-	(923)	(679)	18.437
Móveis e utensílios	2	-	-	-	-	2
	<u>1.356.943</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>3.891</u>	<u>(55.262)</u>	<u>1.305.561</u>
Imobilizado em construção						
Máquinas e equipamentos	1.011	13.718	(12.884)	(1.845)	-	-
Sobressalentes	6.577	2.585	(122)	-	-	9.040
Serviços a ratear (i)	1.537	509	-	(2.046)	-	-
Adiantamentos a fornecedores (ii)	2.083	-	(2.083)	-	-	-
	<u>11.208</u>	<u>16.812</u>	<u>(15.089)</u>	<u>(3.891)</u>	<u>-</u>	<u>9.040</u>
	<u>1.368.151</u>	<u>16.812</u>	<u>(15.100)</u>	<u>-</u>	<u>(55.262)</u>	<u>1.314.601</u>

	Consolidado					Saldo líquido em 2021
	Saldo líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1.355.962	(19.060)	1.336.902
Edificações e benfeitorias	-	-	-	20.279	(240)	20.039
Móveis e utensílios	-	-	-	2	-	2
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.376.243</u>	<u>(19.300)</u>	<u>1.356.943</u>
Imobilizado em construção						
Máquinas e equipamentos	406.014	815.966	(388)	(1.220.581)	-	1.011
Edificações e benfeitorias	462	1.074	-	(1.536)	-	-
Sobressalentes	-	6.577	-	-	-	6.577
Serviços a ratear	60.497	24.058	-	(83.018)	-	1.537
Adiantamento a fornecedores	47.448	25.743	-	(71.108)	-	2.083
	<u>514.421</u>	<u>873.418</u>	<u>(388)</u>	<u>(1.376.243)</u>	<u>-</u>	<u>11.208</u>
	<u>514.421</u>	<u>873.418</u>	<u>(388)</u>	<u>-</u>	<u>(19.300)</u>	<u>1.368.151</u>

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	6	2	3.142	13.650
Retenção de contrato	-	-	-	8.751
Provisão de fornecedores	-	8	2.409	3.497
	<u>6</u>	<u>10</u>	<u>5.551</u>	<u>25.898</u>

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS e COFINS	1	5	918	728
IRPJ e CSLL	18	7	1.329	2.380
ISS retido	-	-	15	52
CIDE	-	-	-	33
ICMS	-	-	2	50
INSS retido	-	-	15	37
Outros impostos	-	-	38	90
	<u>19</u>	<u>12</u>	<u>2.317</u>	<u>3.370</u>

12. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos de uso de rede elétrica	-	-	2.377	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	-	-	155	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.532</u>	<u>-</u>

13. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding (“IBHIV”)	-	-	9	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>--</u>
<u>Passivo</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding (“IBHIV”)	-	-	-	31
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Contratos

(i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020, a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito "A" - Investida OB I, recurso total de R\$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$62.654.
- Crédito "B" - Investida OB II, recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.
- Crédito "C" - Investida OB III recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

As controladas receberam durante o exercício de 2021 R\$580.974 referente ao financiamento com o BNDES.

b) Composição de empréstimos e financiamentos

<u>Empresas</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
OBI, OBII e OBIII	BNDES	IPCA + 4,18% a.a.	15/10/2044	<u>1.032.351</u>	<u>1.005.488</u>
				<u>1.032.351</u>	<u>1.005.488</u>
Circulante				45.407	45.448
Não circulante				986.944	960.040

c) Fluxo nominal

	<u>Fluxo nominal</u>
1 ano	45.965
2 anos	44.195
3 anos	44.460
4 anos	44.735
5 anos	45.022
Após 5 anos	<u>814.413</u>
	<u>1.038.791</u>

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Consolidado						Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Juros	Transferências	Pagamentos	Amortização do custo de transação	
Principal	1.003.829	61.901	-	14.048	(39.501)	-	1.040.277
Juros	8.681	88	42.695	(14.048)	(38.902)	-	(1.486)
Custo de transação	(7.023)	-	-	-	-	581	(6.442)
	<u>1.005.488</u>	<u>61.989</u>	<u>42.695</u>	<u>-</u>	<u>(78.403)</u>	<u>581</u>	<u>1.032.351</u>

	Consolidado						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Transferências	Amortização do custo de transação	
Principal	329.025	580.973	73.513	-	20.317	-	1.003.828
Juros	-	-	233	28.765	(20.317)	-	8.683
Custo de transação	(4.550)	(3.021)	-	-	-	548	(7.023)
	<u>324.475</u>	<u>577.952</u>	<u>73.746</u>	<u>28.765</u>	<u>-</u>	<u>548</u>	<u>1.005.488</u>

e) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f) Índice de cobertura da dívida - BNDES

O financiamento com o BNDES referente às controladas OB I, OB II e OB III possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou "ICSD"), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding, com base nas demonstrações financeiras. O cálculo é obrigatório a partir do exercício de 2023 considerando os dados de encerramento em 31 de dezembro de 2022, e ele deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital.

A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente

15. PROVISÃO PARA RISCOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Reclamações trabalhistas	-	-	57	286
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>286</u>

Movimentação da provisão

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo anterior	286	-
Adições	88	286
Reversão de provisão	(317)	-
	<u>57</u>	<u>286</u>

A OBI foi incluída como parte em ação reclamationária trabalhista movida por ex-funcionário de empresa contratada para a fase de construção do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão. Na ação são reclamadas verbas trabalhistas rescisórias e danos morais. A Administração da Companhia considera o risco de perda como provável.

As controladas da Companhia possuem processos em fase administrativa correspondente a questionamentos sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos considera o risco de perda como possível, no valor de R\$2.500.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(63.015)	(41.948)	(56.118)	(29.485)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(21.425)	(14.262)	(19.080)	(10.025)
Equivalência patrimonial	21.460	14.312	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(52)	25	19.063	10.000
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(6.897)	(12.463)
Despesas de IRPJ e CSLL	(17)	(25)	(6.914)	(12.488)
Alíquota efetiva	0%	0%	12%	42%

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021, totalmente subscrito e integralizado é de R\$467.800 (representado por 467.800.000 ações). A composição do capital social por acionista é como se segue:

	31/12/2022 e 31/12/2021
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	100%
	<u>100%</u>

b) Resultado por ação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	(63.032)	(41.973)
Média ponderada de ações ordinárias	<u>467.800.000</u>	<u>441.292.055</u>
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,135)</u>	<u>(0,951)</u>

18. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Geração de energia - contratada	-	-	161.119	90.013
Geração de energia - CCEE	-	-	491	4.723
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161.610</u>	<u>94.736</u>
PIS	-	-	(1.050)	(615)
COFINS	-	-	(4.848)	(2.842)
TFSEE	-	-	(1.695)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.593)</u>	<u>(3.457)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.017</u>	<u>91.279</u>

19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compra de energia	-	-	(315)	(1.259)
Tarifa de uso do sistema de trans. ("TUST") (i)	-	-	(26.038)	(13.350)
Custos com energia elétrica	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.353)</u>	<u>(14.609)</u>
Pessoal e encargos	-	-	(838)	(436)
Materiais	-	-	(1.120)	(553)
Serviços de terceiros	-	-	(7.936)	(1.838)
Prêmios de seguros	-	-	(1.649)	(641)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(1.748)	(671)
Depreciação e amortização	-	-	(55.280)	(19.306)
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(885)</u>	<u>(241)</u>
Custos de operação	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(69.456)</u>	<u>(23.686)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(95.810)</u>	<u>(38.294)</u>

(i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

20. RECEITAS/(DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais	-	-	(27)	(35)
Serviços de terceiros	(255)	(133)	(904)	(1.043)
Seguros	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	229	(286)
Tributos	-	-	(22)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(96)	(16)
Outros	(82)	-	(604)	(1)
	<u>(337)</u>	<u>(133)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(1.381)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos das aplicações financeiras	456	293	7.565	1.443
Tributos sobre receitas financeiras	(21)	(14)	(21)	(14)
Ganho de variação cambial não realizada	-	-	-	-
Ganhos com derivativos	-	-	-	1.795
Variação cambial	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	5	-	3.446	5
Receitas financeiras	<u>440</u>	<u>279</u>	<u>10.990</u>	<u>3.229</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(104.684)	(102.510)
Juros capitalizados (ii)	-	-	-	29.856
Comissões, garantias e fianças (i)	-	-	(18.785)	(8.871)
IOF	-	-	(193)	(414)
Perdas com derivativos	-	-	-	(2.101)
Perdas com variação cambial	-	-	-	(23)
Outras despesas financeiras	-	-	(230)	(254)
Despesas financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(123.892)</u>	<u>(84.317)</u>
	<u>440</u>	<u>279</u>	<u>(112.902)</u>	<u>81.088</u>

(i) Os valores de comissões reconhecidas no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano no consolidado.

(ii) Valores capitalizados durante a fase pré-operacional do Complexo Fotovoltaico de Sol do Sertão.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. As controladas da Companhia têm contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do exercício (Cenário I), com apreciação de 25% % (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Com relação aos ativos financeiros atrelados ao CDI e ao IPCA, o cenário I considerou a manutenção da cotação do CDI em dezembro de 2022 em 12,39% a.a. e ao IPCA em 5,79% a.a. e em dezembro de 2021 em 4,42% a.a. e 10,06% a.a. respectivamente.

		Controladora					
		31/12/2022					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	2.148	266	200	133	333	399
		Controladora					
		31/12/2021					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	24.186	1.070	802	535	1.337	1.605
		Consolidado					
		31/12/2022					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	28.601	3.544	2.658	1.772	4.430	5.316
Títulos e valores mobiliários	CDI	44.314	5.491	4.118	2.745	6.864	8.236
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.038.791)	(60.146)	(45.110)	(30.073)	(75.183)	(90.219)
Exposição Líquida		(965.876)	(51.111)	(38.334)	(25.556)	(63.889)	(76.667)
		Consolidado					
		31/12/2021					
Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	31.588	1.397	1.048	699	1.747	2.096
Títulos e valores mobiliários	CDI	45.008	1.991	1.493	995	2.489	2.986
Empréstimos	IPCA	(1.012.510)	(101.859)	(76.394)	(50.929)	(127.323)	(152.788)
Exposição Líquida		(935.914)	(98.471)	(73.853)	(49.235)	(123.087)	(147.706)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

		Controladora		
		31/12/2022	31/12/2021	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Valor justo por meio do resultado:				
Caixa e equivalentes de caixa		2.148	24.186	
<u>Passivos financeiros</u>				
Custos amortizados:				
Fornecedores		6	11	

	Consolidado		Mensuração a valor justo
	31/12/2022	31/12/2021	
<u>Ativos financeiros</u>			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	28.599	31.588	
Títulos e valores mobiliários	44.314	45.008	Nível 2
Custos amortizado:			
Contas a receber	13.903	11.918	
Partes relacionadas	2.795	-	
<u>Passivos financeiros</u>			
Custo amortizado:			
Fornecedores	7.437	25.898	
Empréstimos e financiamentos	1.032.351	1.005.489	
Partes relacionadas	899	31	

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

24. GARANTIAS

a) Fiança bancária sobre Empréstimos e financiamentos

	Empresa emissora	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos BNDES	Banco ABC Brasil	95.000	95.000
Financiamentos BNDES	Banco Santander S.A.	455.000	455.000
Financiamentos BNDES	Banco Sumitomo Mitsui S.A.	180.000	180.000
Financiamentos BNDES	Itaú Unibanco S.A.	180.000	180.000
		<u>910.000</u>	<u>910.000</u>

Além de fiança bancária, as garantias do financiamento com o BNDES incluem: (i) penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão, OB I, OB II e OB III e (ii) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto.

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar (Capex)	-	-	-	4.741
Estoques de terceiros	-	-	-	172
Mútuos integralizados	-	291.769	-	-
Provisão de fornecedores	-	(28)	1.146	3.049
	-	291.741	1.146	7.962

26. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a D&O, responsabilidade civil, riscos de engenharia, obras em construção e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requer divulgação